ARMAMAR VIVA, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

2015

ARMAMAR VIVA, SA

Capital Social: 50.000,00 Euros

Contribuinte: 508 797 306

Sede: Av. 8 de Setembro, Edifício do Mercado Municipal, 5110-127 ARMAMAR

CORPOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

PRESIDENTE: António José da Silva Fernandes

SECRETÁRIO: Rodolfo Oliveira Gouveia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: Hernâni Pinto da Fonseca Almeida

VOGAIS: Fernando Manuel Rodrigues Gouveia

José Eduardo Loureiro da Silva

FISCAL ÚNICO: Dr. Euclides Gonçalves Carreira

FISCAL SUPLENTE: Santos Carvalho & Associados, SROC, SA

Exmos. Senhores Acionistas:
Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, e designadamente ao disposto na alínea c) do artigo 17º do dos Estatutos, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios e o Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

O ano de 2015 ficou marcado por uma desaceleração da atividade económica global, sobretudo associada ao menor dinamismo dos mercados emergentes, com destaque para a China, onde o crescimento do PIB recuou de 7,3% para 6,9%. Os EUA e a Zona Euro prosseguiram uma recuperação assente na procura interna e beneficiaram da queda do preço do petróleo, dos progressos nos ajustamentos de balanço dos agentes económicos, de uma melhoria das condições de financiamento e de um maior suporte da política orçamental. Nos EUA, o crescimento do PIB manteve-se em 2,4%. Na Zona Euro acelerou de 0,9% para 1,5%.

De facto, as projeções mais recentes do ***PIB mundial***, divulgadas em Novembro pela OCDE, apontam para taxas de crescimento reais de 2,9% em 2015, 3,3% em 2016 e 3,6% em 2017, abaixo das estimativas da Comissão Europeia (também de Novembro) e do FMI (de Outubro).

A OCDE reviu em baixa as projeções para 2015 e 2016 (os anteriores valores eram de 3,0% e 3,6%) devido ao abrandamento recente das economias emergentes e do comércio mundial, que constituem fatores de incerteza importantes para as perspetivas de curto e médio prazo, a que se juntam, a longo prazo, os receios de uma redução do crescimento potencial das economias.

Analisando os principais blocos económicos, a evolução macroeconómica pode sintetizar-se nos seguintes termos:

- Ao nível das ***economias avançadas***, a OCDE destaca a trajetória sólida de crescimento nos **EUA** (com taxas de crescimento na ordem de 2,5% no período de 2015 a 2017) impulsionada pela procura das famílias, e a retoma económica gradual da **Área Euro** (de 1,5% em 2015 para 1,8% em 2016 e 1,9% em 2017), beneficiando de uma política monetária mais expansionista, da descida dos preços do petróleo e de uma política orçamental menos restritiva. O PIB do **Japão**, que foi penalizado em 2015 pela redução da procura noutras economias asiáticas (variação real de 0,6%), deverá crescer a maior ritmo em 2016 (1,0%) mas voltar a abrandar em 2017 (para 0,5%) em face do aumento previsto do imposto sobre o consumo.
- Nas ***economias em desenvolvimento***, a OCDE destaca o abrandamento previsto na **China** (de 6,9% em 2015, para 6,5% em 2016 e 6,2% em 2017), em face do rebalanceamento para o consumo e os serviços. Conseguir este rebalanceamento evitando um abrandamento brusco do PIB e os riscos de instabilidade financeira constituem desafios importantes para as autoridades chinesas, que assumiram uma meta de 6,5% de

crescimento do PIB no seu plano quinquenal. Nos restantes países em desenvolvimento, as adversidades têm aumentado para as economias vulneráveis, refletindo o recuo dos preços das matérias-primas, condições de crédito mais restritivas (situação que se deverá agravar com a subida esperada das taxas de juro diretoras da Fed) e uma redução do produto potencial, temendo-se que movimentos bruscos de saída de capitais e de depreciação cambial exponham ainda mais as vulnerabilidades existentes. Por exemplo, a **Rússia** e o **Brasil** estão em recessão e só deverão retomar o crescimento em 2017. Em sentido contrário, as perspetivas de crescimento permanecem robustas para a **Índia**, onde se esperam taxas de crescimento na casa dos 7% até 2017, desde que se continuem a verificar progressos na implementação de reformas estruturais.

De acordo com as estimativas da OCDE, a retoma mais forte da atividade económica mundial depende de um rebalanceamento suave na China e de um investimento mais robusto por parte das economias avançadas.

As previsões de Outono da **Comissão Europeia** chamam também a atenção para alguns aspetos importantes relativamente à economia da UE28, nomeadamente o facto de o crescimento estar a ser impulsionado por fatores conjunturais (taxas de juro extremamente reduzidas, baixos preços do petróleo e depreciação do euro), permanecendo uma fraca dinâmica subjacente à procura doméstica, com o investimento a acelerar menos do que em recuperações anteriores e do que em outras economias avançadas, persistindo em vários Estados Membros pressões importantes de desalavancagem empresarial devido a níveis ainda significativos de crédito malparado para resolver. O abrandamento do comércio mundial e das economias emergentes (pelos fatores já antes mencionados) poderá penalizar as exportações da UE nos próximos trimestres. Assim, a Comissão Europeia espera taxas de crescimento do PIB na UE28 de 1,9% em 2015, 2,0% em 2016 e 2,1% em 2017 (1,5%, 1,8% e 1,9% na Zona Euro, respetivamente).

É neste contexto que a Comissão sugere que as políticas macroeconómicas continuem a suportar a retoma, promovendo um redireccionamento da procura externa para a doméstica, em particular para o investimento, através de políticas orçamentais apropriadas em respeito pelas regras europeias, conjugadas com uma composição das finanças públicas mais amiga do crescimento. Essas políticas macroeconómicas deverão ser acompanhadas de reformas estruturais para aumentar a eficiência dos mercados do trabalho e do produto, reforçando o crescimento potencial.

No que se refere à **Política Monetária**, importa salientar que o BCE anunciou, em Dezembro, uma redução adicional da taxa da facilidade de depósito (de -0,2% para -0,3%), bem como um aumento e extensão do programa de aquisição de títulos de dívida do setor público (60 mil milhões mensais até, pelo menos, ao final de Março de 2017). Os juros de mercado mantiveram-se, assim, muito contidos. A *yield* dos Bunds a 10 anos subiu de 0,54% para 0,63%, enquanto a Euribor a 6 meses recuou de 0,17% para -0,04%. Nos EUA, a Reserva Federal Americana (Fed) elevou em 16 de Dezembro e pela primeira vez em 9 anos, os juros de referência em 25pb, passando os mesmos para um intervalo de 0,25% a 0,5%. A divergência entre o Fed e o BCE conduziu a uma apreciação do dólar (+11,4% face ao euro, para cerca de EUR/USD = 1,09). Os receios sobre a China, a queda dos preços das *commodities* e os riscos de

natureza geopolítica alimentaram uma elevada volatilidade nos mercados financeiros. Ainda assim e apesar de períodos de fortes quedas, o índice acionista Shanghai Composite subiu 9,4% no ano de 2015. Nos EUA, o Nasdaq subiu mais de 5%, mas o Dow Jones e o S&P500 recuaram 2,2% e 0,7%, respetivamente. Na Zona Euro e no Japão, os principais índices beneficiaram da expectativa de novos estímulos monetários (+9,6% no DAX e +9,1% no Nikkei).

Decorrente do anteriormente exposto, pode-se concluir que em 2015 a economia mundial fica marcada por quatro grandes acontecimentos que condicionaram a atuação tanto dos Governos como da Iniciativa Privada:

- Em primeiro lugar, a queda do preço do petróleo. De facto, com um excesso de oferta global no mercado, o preço do petróleo (Brent) recuou 36%, para USD 35,8/barril.
- Em segundo lugar, o crescimento do PIB mundial foi insuficiente para afastar os receios de pressões desinflacionistas. Basta salientar que na Zona Euro, a inflação caiu de 0,4% para 0%.
- Em terceiro lugar, a valorização do dólar face às principais moedas, em particular ao euro e iene, e muitas das moedas dos mercados emergentes, designadamente as de países exportadores de *commodities*.
- Em quarto lugar, as projeções unânimes dos vários organismos internacionais (FMI, OCDE e Comissão Europeia) quanto à previsão de um melhor desempenho para a economia mundial em 2016. Embora com um nível de incerteza elevado, é previsto um desempenho menos desfavorável nas economias emergentes e também a continuação da recuperação das economias mais avançadas, designadamente do Japão, dos Estados Unidos e da Zona Euro. Como pressupostos, é assumido que as condições globais de financiamento se manterão acomodatícias e que os preços do petróleo aumentarão muito gradualmente, contrastando com a evolução dos preços dos bens não energéticos (designadamente metais e bens alimentares), relativamente aos quais é esperado que se mantenham estáveis nos baixos níveis que atingiram.

ECONOMIA PORTUGUESA

De acordo com a mais recente informação facultada pelo INE, no ano de 2015 o crescimento em termos reias do **PIB** evoluiu de 0,9% para 1,5%, com um maior dinamismo da procura interna, beneficiando da queda dos preços do petróleo, de juros baixos, de uma política orçamental ligeiramente expansionista e de uma recuperação do mercado de trabalho. A atividade económica beneficiou, também, de um desempenho favorável das exportações para os mercados europeus e, internamente, de uma evolução positiva do mercado da habitação, com uma subida homóloga dos preços superior a 3%.

De facto, a procura interna apresentou um contributo positivo mais intenso para a variação anual do PIB em 2015, passando de 2,2 p.p. em 2014 para 2,5 p.p., refletindo a aceleração do consumo privado e o aumento do consumo público. A procura externa líquida registou um contributo menos negativo, situando-se em -1,0 p.p. em 2015 (-1,3 p.p. em 2014), em resultado da aceleração das Exportações de Bens e Serviços. Em termos nominais, o PIB situou-se em cerca de 179,4 mil milhões de euros em 2015.

Esta informação do INE está em linha com as previsões macroeconómicas para a economia portuguesa, divulgadas em Dezembro pelo **Banco de Portugal** (BdP). De facto, segundo o BdP, prevê-se que o **PIB** nacional cresça 1,5% em 2015, 1,7% em 2016 e 1,8% em 2017, em termos reais, o que configura um dinamismo da atividade próximo do projetado pelo BCE para a Zona Euro. No entanto, estes valores significam uma revisão em baixa face às anteriores previsões do BdP (1,7%, 1,9% e 2,0%, respetivamente), refletindo sobretudo a deterioração das perspetivas da procura externa relevante (com origem nos mercados fora da Zona Euro), para o que contribuiu a recente intensificação da queda das exportações para Angola, quer de bens quer de serviços. Por outro lado, o **Governo** aponta para valores de crescimento de 1,6% em 2015, 2,4% em 2016 e 3,1% em 2017, mas neste caso é incorporado o efeito das medidas do Programa do XXI Governo em 2016 e 2017.

Tendo em conta as mais recentes divulgações dos dados macroeconómicos (INE, BdP, Comissão Europeia e BCE), é importante realçar o seguinte:

- As componentes do PIB que formam a **procura interna**, no seu conjunto, registam uma recuperação de cerca de 5%, em volume por comparação com os mínimos observados em 2013. Todavia, evidenciando a dimensão da retração que ocorreu nos anos de intervenção externa, esta performance situa-se ainda cerca de 12% abaixo dos níveis registados em 2008, patamar mais elevado de sempre. Este comportamento fica a dever-se ao crescimento registado em todas as componentes, destacando-se o **consumo privado**, cujo ritmo de expansão anual deverá alcançar 2,6% o que, a concretizar-se, encontrará apenas paralelo em 2004. A recuperação do rendimento disponível das famílias ao longo do ano e a queda da taxa de poupança justificam esta trajetória, que ocorre em linha com a recuperação dos índices de confiança.
- A **Formação Bruta de Capital Fixo** (FBCF) registou um comportamento volátil ao longo do ano. O comportamento do agregado foi em parte influenciado pela formação de *stocks*, que empolou o crescimento da rúbrica no segundo trimestre. Excluindo a variação de inventários, a FBCF desacelerou ao longo do ano, devendo registar um ritmo de expansão anual em torno de 2,4%, inferior ao registado em 2014. Pela positiva destaca-se o contributo favorável do investimento em construção desde o início do ano, interrompendo mais de uma década de encolhimento do setor. Em contrapartida, o investimento em Máquinas e Equipamento voltou a recuar no terceiro trimestre, interrompendo dois anos consecutivos de expansão.
- O ano de 2015 ficou marcado pelo bom comportamento das **exportações**. As exportações de material de transporte, de bens industriais e de consumo registaram os contributos mais elevados num ano que ficou também marcado pela retoma das exportações de combustíveis refinados (com um contributo de 0.1 p.p.). As exportações de bens aumentaram 4.1% nos primeiros 11 meses do ano, em termos homólogos. A análise por país de destino revela também significativa resiliência, o resultado dos esforços de diversificação, na medida em que esta boa *performance* ocorre apesar da queda das exportações de bens para Angola, uma queda acumulada no ano de 33%.
- A aceleração do ritmo das **importações** justificou que o crescimento económico se tenha quedado por 1,5%, aquém de 1,8% que algumas entidades chegaram a prever no decorrer do ano. O seu contributo para o crescimento anual do PIB deverá ser o mais negativo desde 2010. Quando medidas a preços correntes, as importações de bens aumentaram

apenas 2,1% nos primeiros 11 meses do ano; todavia, excluindo combustíveis, verifica-se um aumento significativamente mais expressivo, na ordem dos 7%. No entanto, as importações em volume deverão registar um aumento anual bem mais elevado, semelhante ao verificado no ano anterior (+7,2%), refletindo por um lado a retoma da procura interna, mas também o aumento da componente importada das exportações (nomeadamente exportações de combustíveis mas também de automóveis).

- O **Saldo Externo** em 2015 reflete o efeito positivo estimado em 1,3 p.p. do PIB, derivado da queda dos preços do petróleo. De facto, a fatura de importações líquidas deverá encolher cerca de 35%. Uma parte significativa desta parcela é explicada pela melhoria dos termos de troca devida ao efeito da queda do preço do petróleo, embora parcialmente compensada pela desvalorização do euro face ao USD.
- A trajetória da **taxa de desemprego** em 2015 tem apresentado uma evolução mais favorável, mas ainda muito modesta. Há um ano atrás antecipava-se que a taxa de desemprego alcançasse 14%. Todavia, a taxa de desemprego alcançou 11,9% no terceiro trimestre do ano, igual ao trimestre anterior. Em termos médios, e não obstante a sazonalidade que tipicamente implica piores desempenhos deste indicador nos trimestres em torno dos finais de ano, antecipa-se que a taxa de desemprego se mantenha em 11,9%. Em 2016, prevê-se que a trajetória de melhoria permaneça, embora mais moderada, em linha com a evolução tendencial da criação de emprego e o fortalecimento da atividade económica. Merece ainda referência a previsão de descida da taxa de desemprego de longa duração para 7,5%, o valor mais baixo desde o quarto trimestre de 2011, e a subida da taxa de desemprego jovem para 30,8%, após um mínimo de 29,8% no terceiro trimestre.
- A **taxa de inflação** regressou a terreno positivo em 2015 e, em termos médios, deverá terminar o ano em torno de 0.5%. Todavia, permanece em valores historicamente baixos, facto que se justifica parcialmente pelos efeitos da queda significativa dos preços do petróleo no mercado internacional. Tendo em conta o peso das componentes de combustíveis no cabaz do IPC (6,2%), o contributo para a taxa de inflação homóloga será próximo de -0.6 p.p. O que significa que a taxa de inflação em 2015 rondaria 1,1% em vez de 0.5% previstos sem o efeito da queda do petróleo. De destacar também o diferencial com o ritmo de crescimento médio dos preços na Zona Euro, que regressou a terreno positivo, significando maior inflação em Portugal que na região. Para 2016, antecipa-se a manutenção da tendência de lenta subida, devendo a taxa média de inflação quedar-se por 0,8% no final do ano.

Decorrente do cenário macroeconómico apresentado, constata-se que Portugal continua a registar uma forte dependência estrutural da sua economia face ao exterior, expressa por sistemáticos défices comerciais. Neste contexto e apesar da aceleração esperada do ritmo de crescimento económico, alguns desafios poderão surgir, pelo que importa evidenciara os riscos expectáveis para a evolução macroeconómica de 2016, os quais se podem sintetizar nas seguintes vertentes:

- Espera-se uma **expansão mais contida do consumo privado**, refletindo a estabilização no mercado de trabalho. Não obstante, o rendimento disponível das famílias deverá aumentar, devido a várias medidas e decisões de reposição do rendimento já anunciadas e/ou aprovadas pelo novo Executivo.

- Apesar do aumento esperado do rendimento disponível, antecipa-se a **reposição da taxa de poupança das famílias** em valores ligeiramente mais elevados, corrigindo a redução acentuada observada em 2015. Esta reposição de poupança refletirá também uma postura mais cautelosa face à maior dificuldade esperada de registo de progressos no mercado de trabalho.
- Espera-se uma **evolução menos favorável do Investimento**, em desaceleração face a 2015, refletindo em parte os efeitos das variações de *stocks*.
- O tímido crescimento económico global, em particular nas economias desenvolvidas, e a base de comparação desfavorável depois de um ano de razoável crescimento, sugerem a possibilidade de **desaceleração das exportações**, que ainda assim deverão aumentar em torno de 4%. A persistência de uma moeda relativamente fraca graças às políticas monetárias divergentes em ambos os lados do Atlântico, e os ganhos de competitividade alcançados nos últimos anos, bem como o esforço de diversificação, deverão continuar a suportar as vendas de bens e serviços ao exterior.
- As **importações deverão manter um bom ritmo de expansão,** embora mais moderado do que em 2015. No entanto, antecipa-se a desaceleração de algumas variáveis com elevado conteúdo importado, designadamente consumo de bens duradouros. Recorda-se que apesar dos progressos alcançados, empresas e famílias permanecem constrangidos por níveis de endividamento ainda relativamente elevados.

Em síntese, o maior risco da economia portuguesa reside sobretudo na vertente das contas externas e dos equilíbrios com o exterior. Efetivamente, apesar dos progressos, a ***Posição de Investimento Internacional***, diferença entre ativos e passivos financeiros de um país face ao resto do mundo, permanece em níveis muito desfavoráveis. De facto, Portugal regista uma posição externa devedora das mais elevadas entre os países desenvolvidos, detendo mesmo a terceira maior posição devedora na EU, depois do Chipre e da Grécia.

É neste contexto que se mantém atual e válida a estratégia já mencionada no Relatório de Gestão do ano de 2014, a qual passa pela implementação de um programa de efetivas reformas estruturais seja a nível da economia, seja a nível do Estado e das restantes Administrações Públicas, e cujo horizonte temporal tem que ter uma abrangência de médio prazo.

2. A EMPRESA

A ARMAMAR VIVA, S.A. é uma sociedade anónima de capitais mistos, constituída em 16 de Dezembro de 2008, no âmbito de uma parceria público privada de natureza municipal. É uma empresa de capitais minoritariamente públicos, sendo detida em 49% pelo Município de Armamar e em 51% pelo parceiro privado MRG – Engineering & Solutions, S.A.

A empresa tem um capital social de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), já subscrito e realizado, e representado por cinquenta mil ações.

A empresa tem como objeto a conceção, construção, equipamento, manutenção e conservação do acesso à zona industrial, auditório e armazém municipal e respetivas envolventes urbanas.

O objetivo estratégico da implementação do Armazém Municipal é o de dotar o Município de Armamar de um conjunto de equipamentos públicos nas áreas dos serviços municipais, que permitam responder às solicitações da população, quer do concelho quer de concelhos limítrofes.

3. ATIVIDADE E INVESTIMENTOS

O equipamento denominado "Armazém Municipal" encontra-se concluído e entrou em funcionamento no mês de Abril de 2011.

Assim sendo, não se registaram mais investimentos no ano de 2015. De facto, os Rendimentos auferidos foram suficientes para fazer face ao serviço da dívida contraída junto da CGD e da CCAM do Vale do Távora e Douro, bem como ao funcionamento corrente da empresa.

4. RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS

Durante o ano de 2015 os Rendimentos da sociedade ascenderam a 336.802,16 €, dos quais 332.791,64 € são provenientes das rendas do Armazém Municipal e da renda do Pomar.

No que se refere aos Gastos, importa salientar que o montante global se cifrou em 317.052,37 € e que os mesmos se concentram em três rubricas: "Fornecimentos e Serviços Externos" (20.722,75 €), "Juros e Gastos Suportados" (140.388,78 €) e "Gastos de Depreciação" (151.249,90 €).

Assim, tendo em conta os Rendimentos obtidos e os Gastos suportados bem como a estimativa de IRC, o exercício de 2015 regista um Resultado Líquido positivo de 18.383,79 €. Dado que as Depreciações ascenderam a 151.249,90 €, o Cash-Flow foi também positivo e cifrou-se em 169.633,69 €.

5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Tendo em conta o valor negativo dos Resultados Transitados que ascende a 309.047,81 € a que acresce o Resultado Líquido positivo de 18.383,79 €, constata-se que os Capitais Próprios são negativos e cifram-se em 240.514,02 €. Esta situação, que infringe o Artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais, não põe em causa o cumprimento das obrigações da Armamar Viva, S.A.. De facto, o Plano de Negócios e os Orçamentos já aprovados para o período correspondente à duração desta Parceria, foram concebidos de molde a que gradualmente esta situação seja invertida, pelo que o Conselho de Administração propõe aos Senhores Acionistas que as contas sejam aprovadas mesmo com a evidência dos Capitais Próprios negativos.

Importa ainda salientar que à Armamar Viva, S.A. não se aplica o disposto no Artigo 66º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto. De facto, remetendo o mencionado Artigo 66º para as situações tipificadas no nº 1 do Artigo 62º da mesma Lei, constata-se que a Armamar Viva não incorre em nenhuma das situações constantes das alíneas a) a d) do nº 1 do Artigo 62º, pelo que não há lugar à obrigatoriedade de o Parceiro Público alienar esta sua participação local.

6. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não houve qualquer facto relevante ocorrido após o termo do exercício que deva ser mencionado neste Relatório.

7. EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA SOCIEDADE

Para que no ano de 2016 e seguintes os fluxos de tesouraria sejam suficientes para honrar os compromissos assumidos pela empresa, torna-se necessário renegociar as condições do Empréstimo de Longo Prazo contraído junto da CGD. Neste contexto, o Conselho de Administração informa os senhores Acionistas que tem vindo a manter os adequados contactos com a CGD, sendo expectável que até ao fim do próximo mês de Junho de 2016 se possa concluir favoravelmente este processo negocial, no qual se pretende que a CGD financie a Armamar Viva, S.A. no montante equivalente à dívida da empresa junto da CCAM do Vale do Távora e Douro.

Não obstante a envolvente macroeconómica descrita no ponto 1, o Conselho de Administração da Armamar Viva, S.A. regista com muito apreço o facto de o Município de Armamar estar a cumprir rigorosa e pontualmente o pagamento das rendas provenientes da utilização do "Armazém Municipal" e espera que este comportamento se mantenha enquanto durar a Parceria.

8. OPERAÇÕES COM AÇÕES PRÓPRIAS

Durante o exercício não houve aquisição de ações próprias.

9. NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não houve autorização concedida a qualquer administrador para negociar diretamente com a sociedade nem lhe foram concedidos empréstimos ou créditos, efetuados pagamentos por conta deles, prestadas garantias nem facultados adiantamentos de remunerações.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES DE CARÁCTER LEGAL

Dando cumprimento ao estatuído no Artigo 2º do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de Novembro e no n.º 1 do Artigo 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de Setembro, informamos os Senhores Acionistas de que não existem quaisquer débitos em mora ao Setor Público Estatal e à Segurança Social.

11. REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração não recebem nem nunca receberam qualquer tipo de remuneração.

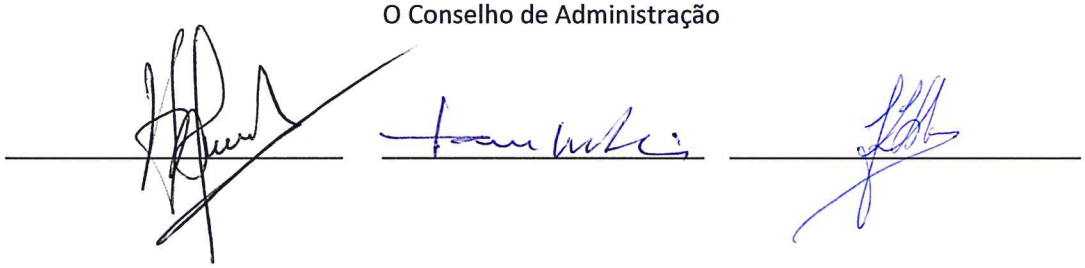
12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos legais e estatutários, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2015, apurado nas Demonstrações Financeiras, no valor de € 18.383,79 (dezoito mil, trezentos e oitenta e três euros e setenta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) para reforço da Reserva Legal, conforme nº 1 do Artigo 295º conjugado com o nº 2 do Artigo 218º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.
- € 15.883,79 (quinze mil, oitocentos e oitenta e três euros e setenta e nove cêntimos) para Resultados Transitados.

Armamar, 28 de Março de 2016

O Conselho de Administração



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Informação prevista no n.º 5 do art.º 447.º do Código das Sociedades Comerciais

- **Membros do Conselho de Administração:** Não são acionistas da Sociedade
- **Membro do Fiscal Único:** Não é acionista da Sociedade

2. Informação prevista no n.º 4.º do art.º 448.º do Código das Sociedades Comerciais

ACIONISTAS	QUANTIDADE DE AÇÕES	PERCENTAGEM
Município de Armamar	24.500	49%
MRG – Engineering & Solutions, S.A.	25.500	51%
TOTAL	50.000	100%

Armamar, 28 de Março de 2016

O Conselho de Administração

ARMAMAR VIVA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ARMAMAR VIVA, S.A. - Balanço em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

RUBRICAS	Notas	Períodos 2015	Períodos 2014
ATIVO			
Ativo não Corrente			
Propriedades de Investimento	6	2.864.579,18	3.015.829,08
Participações Financeiras - Outros Métodos	5	500,00	500,00
Outros Ativos Financeiros	9	37.875,06	71.466,26
		2.902.954,24	3.087.795,34
Ativo Corrente			
Clientes	8	75.017,86	68.045,72
Estados e Outros Entes Públicos	7	3.558,60	19.222,37
Outras Contas a Receber	9	42.621,20	41.145,82
Caixa e Depósitos Bancários	4	9.829,95	8.481,89
		131.027,61	136.895,80
TOTAL DO ATIVO		3.033.981,85	3.224.691,14
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Realizado	10	50.000,00	50.000,00
Reservas Legais		150,00	
Resultados Transitados		(309.047,81)	(311.729,99)
		(258.897,81)	(261.729,99)
Resultado Líquido do Período		18.383,79	2.832,18
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		-240.514,02	-258.897,81
PASSIVO			
Passivo não Corrente			
Financiamentos Obtidos	11	2.912.744,62	3.176.878,11
Fornecedores	12	37.875,06	
		2.950.619,68	3.176.878,11
Passivo Corrente			
Fornecedores	12	34.858,40	141.359,65
Estado e Outros Entes Públicos	7	786,64	724,39
Financiamentos Obtidos	11	261.894,04	131.779,61
Outras Contas a Pagar	13	26.337,11	32.847,19
		323.876,19	306.710,84
TOTAL DO PASSIVO		3.274.495,87	3.483.588,95
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		3.033.981,85	3.224.691,14

Contabilista Certificado

João Carlos Pinto Marques

Conselho de Administração

ARMAMAR VIVA, S.A.

Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2015 e 2014

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos 2015	Períodos 2014
Fornecimentos e Serviços Externos	14	(20.722,75)	(21.424,41)
Outros Rendimentos e Ganhos	15	336.802,16	338.310,92
Outros Gastos e Perdas	16	(4.690,94)	(6.082,43)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS FINANCIAMENTOS E OUTROS		**311.388,47**	**310.804,08**
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	6	(151.249,90)	(151.249,90)
RESULTADOS OPERACIONAL		**160.138,57**	**159.554,18**
Juros e Gastos Similares Suportados	17	(140.388,78)	(156.467,41)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTO		**19.749,79**	**3.086,77**
Imposto Sobre o Rendimento do Período	7	(1.366,00)	(254,59)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**18.383,79**	**2.832,18**

Contabilista Certificado

João Carlos Pinto Marques

Conselho de Administração

ARMAMAR VIVA, S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro 2015 e 2014

	EXERCÍCIOS	EXERCÍCIOS
	2015	**2014**
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de Clientes	325.819,50	284.929,63
Pagamentos a Fornecedores	92.273,12	73.175,26
Pagamentos ao Pessoal		
Fluxos Gerados pelas Operações	**233.546,38**	**211.754,37**
Pagamento de Imposto sobre o Rendimento	1.058,31	372,24
Outros Recebimentos/Pagamentos Relativos à Atividade Operacional	13.429,02	(1.425,47)
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	**245.917,09**	**209.956,66**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos de Investimentos	-	-
Outros Ativos	36.120,00	27.090,00
Juros e rendimentos similares	6,34	7,62
	36.126,34	**27.097,62**
Pagamentos de Investimentos		
	-	-
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	**36.126,34**	**27.097,62**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos Obtidos		
Juros e Similares		
Outras operações		
	-	-
Pagamentos respeitante a:		
Empréstimos Obtidos	134.019,06	179.927,13
Juros e Gastos Similares	146.676,31	158.323,43
Suprimentos		
Aquisição de Ações Próprias/Prestações Suplementares		
Outras Origens		
	280.695,37	338.250,56
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	**(280.695,37)**	**(338.250,56)**
ATIVIDADES DE EFEITO CAMBIAL:		
Pagamentos / Recebimentos de Efeito Cambial		
Recebimentos de Efeito das Diferenças de Cambio		
FLUXOS DAS ATIVIDADE DE EFEITO CAMBIAL	-	-
Variação de Caixa e seus Equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	**1.348,06**	**(101.196,28)**
Caixa e seus Equivalentes no Início do Exercício	**8.481,89**	**109.678,17**
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Exercício	**9.829,95**	**8.481,89**

Contabilista Certificado

João Carlos Pinto Marques

Conselho de Administração

ARMAMAR VIVA, S.A. - Demonstração de alteração dos capitais próprio em 31 de Dezembro 2015 E 2014

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2014

		Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe												
		Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	**Total do Capital Próprio**
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	50.000,00				0,00		(282.567,82)				(29.162,17)	(261.729,99)		(261.729,99)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira Adoção de Novo Referêncial Contabilístico													-		-
Alterações de Políticas Contabilísticas													-		-
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras													-		-
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis													-		-
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respectivas Variações													-		-
Ajustamentos por Impostos Diferidos													-		-
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio								(29.162,17)				29.162,17	-		-
	2	-	-	-	-	0,00	-	(29.162,17)	-	-	0,00	29.162,17	0,00	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											2.832,18	2.832,18		2.832,18
RESULTADO	4=2+3											31.994,35	2.832,18	-	2.832,18
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realização de Capital													-		-
Realizações de Prémios de Emissão													-		-
Distribuições													0,00		0,00
Entradas para Cobertura de Perdas													-		-
Outras Operações													-		-
	5	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	-	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	1+2+3+5	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(311.729,99)	-	-	-	2.832,18	(258.897,81)	-	(258.897,81)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2015

		Capital Próprio Atribuído aos Detentores do Capital da Empresa-Mãe												
		Capital Realizado	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Prémios de Emissão	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Revalorização	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Líquido do Período	Total	Interesses Minoritários	**Total do Capital Próprio**
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	50.000,00				0,00		(311.729,99)				2.832,18	(258.897,81)		(258.897,81)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO															
Primeira Adoção de Novo Referêncial Contabilístico													-		-
Alterações de Políticas Contabilísticas													-		-
Diferença de Conversão de Demonstrações Financeiras													-		-
Realização do Excedente de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis													-		-
Excedentes de Revalorização de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis e Respectivas Variações													-		-
Ajustamentos por Impostos Diferidos													-		-
Outras Alterações Reconhecidas no Capital Próprio						150,00		2.682,18				(2.832,18)	-		-
	7	-	-	-	-	150,00	-	2.682,18	-	-	-	(2.832,18)	0,00	-	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											18.383,79	18.383,79		18.383,79
RESULTADO	9=7+8											15.551,61	18.383,79	-	18.383,79
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO															
Realização de Capital													-		-
Realizações de Prémios de Emissão													-		-
Distribuições													0,00		0,00
Entradas para Cobertura de Perdas													-		-
Outras Operações													0,00		0,00
	10	-	-	-	-	0,00	-	0,00	-	-	-	-	0,00	-	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6+7+8+10	50.000,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	(309.047,81)	-	-	-	18.383,79	(240.514,02)	-	(240.514,02)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade: Armamar Viva, S.A..
Sede social: Avenida 8 de Setembro – Edifício Mercado Municipal - Armamar
NIPC 508797306

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial Contabilístico

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

As Normas Contabilísticas de Relato Financeiro foram adotadas pela primeira vez para os períodos económicos encerrados a partir de 1 de Janeiro de 2010, pelo que, de acordo com o estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, devem ser reconhecidos os efeitos reportados à data de transição para as NCRF.

Na preparação das Demonstrações Financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da Continuidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da Periodização Económica (Acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por Acréscimos de Rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em "Credores por Acréscimos de Gastos".

- Materialidade e Agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das Demonstrações Financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das Demonstrações Financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras de 2014.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão registados pelo valor do custo.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento englobam terrenos e edifícios, detidos para auferir rendimento de acordo com contratos existentes.
As propriedades de investimento encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta.

Os gastos incorridos com as propriedades de investimento, nomeadamente imposto municipal sobre imóveis, foram reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respetivos itens de gastos.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui depósitos à ordem e outros depósitos em bancos.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados em observância do regime de periodização económica.

Foram classificados como passivos correntes os empréstimos que se vencem até 1 ano e passivo não corrente as quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito

O rédito da empresa corresponde a juros recebidos de depósitos bancários e outras entidades.

- Outros rendimentos e ganhos

A Empresa obtém benefícios das propriedades de investimento, através de dois contratos de arrendamento. As rendas foram reconhecidas no período a que dizem respeito.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

No ano de 2015

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	5.955,10	1.348,06		7.303,16
Outros depósitos bancários	2.526,79			2.526,79
Total	**8.481,89**		**0,00**	**9.829,95**

No ano de 2014

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa				
Depósitos à ordem	27.151,38		21.196,28	5.955,10
Outros depósitos bancários	82.526,79		80.000,00	2.526,79
Total	**109.678,17**		**101.196,28**	**8.481,89**

5. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Investimentos financeiros	2015	2014
Crédito Agricola	500,00	500,00
Total	**500,00**	**500,00**

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

6.1. DIVULGAÇÕES SOBRE AS PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada das Propriedades de Investimento, foi o seguinte:

No ano de 2015

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor bruto no início	1.061.885,64	2.601.323,09	3.663.208,73
Depreciações acumuladas	159.282,86	488.096,79	647.379,65
Saldo no início do período	**902.602,78**	**2.113.226,30**	**3.015.829,08**
Variações do período			
Total de aumentos			
Aquisições			
Total diminuições	42.475,43	108.774,47	151.249,90
Depreciações do período	42.475,43	108.774,47	151.249,90
Saldo no final do período	**860.127,35**	**2.004.451,83**	**2.864.579,18**

No ano de 2014

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	TOTAL
Valor bruto no início	1.061.885,64	2.601.323,09	3.663.208,73
Depreciações acumuladas	116.807,43	379.322,32	496.129,75
Saldo no início do período	**945.078,21**	**2.222.000,77**	**3.167.078,98**
Variações do período			
Total de aumentos			
Aquisições			
Total diminuições	42.475,43	108.774,47	151.249,90
Depreciações do período	42.475,43	108.774,47	151.249,90
Saldo no final do período	**902.602,78**	**2.113.226,30**	**3.015.829,08**

As propriedades de investimento englobam terrenos e edifícios, detidos para auferir rendimento de acordo com contratos existentes.

As propriedades de investimento da empresa estão reconhecidos pelo valor do custo. A empresa opta pelo método da linha reta para calcular as depreciações.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

7.1. DIVULGAÇÃO DAS PRINCIPAIS COMPONENTES DE GASTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO:

Descrição	2015	2014
Resultado antes de impostos do período	19.749,79	3.086,77
Imposto corrente	-1.366,00	-254,59
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período	-1.366,00	-254,59
Tributações autónomas	-21,72	-44,43

7.2. DIVULGAÇÕES RELACIONADAS COM OUTROS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	2015	2014
Ativo		
Pagamentos especiais por conta	3.557,02	3.804,04
Retenções na fonte sobre rendimentos	1,58	0,00
IVA a recuperar	0,00	0,00
IVA reembolsos solicitados	0,00	15.418,33
	3.558,60	**19.222,37**
Passivo		
Imposto Municipal Sobre Imóveis	667,66	667,66
IRC a pagar	118,98	56,73
	786,64	**724,39**

8. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como se segue:

Descrição	2015	2014
Clientes c/c		
Clientes gerais	75.017,86	68.045,72
	75.017,86	**68.045,72**

9. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os saldos registados nesta rubrica referem-se ao acordo de pagamento existente entre a Empresa e o Município de Armamar. Está reconhecido como corrente o valor que se vence a 1 ano, o restante é considerado não corrente.

Descrição	2015	2014
Não Corrente		
Outros devedores	37.875,08	71.466,26
	37.875,08	**71.466,26**
Corrente		
Outros devedores	42.621,18	41.145,82
	42.621,18	**41.145,82**

10. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de € 50.000,00, representado por 50.000 ações de valor nominal de 1,00€ cada, encontra-se integralmente realizado a 31 de dezembro de 2015.

11. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Esta Rubrica é analisada como se segue:

Descrição	2015	2014
Não Corrente		
Instituições de crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	2.956.098,48	3.176.878,11
	2.956.098,48	**3.176.878,11**
Corrente		
Instituições de crédito e Sociedades Financeiras		
Empréstimos Bancários	218.540,18	131.779,61
	218.540,18	**131.779,61**

12. FORNECEDORES

A Rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Descrição	2015	2014
Corrente		
Fornecedores Gerais	34.858,40	141.359,65
Não Corrente		
MRG - Engineering & Solutions, S.A.	37.875,06	
	72.733,46	**141.359,65**

13. Outras Contas a Pagar

A Rubrica de Outras Contas a pagar é analisada conforme quadro abaixo:

Descrição	2015	2014
Credores por acréscimos de gastos		
Juros e similares	21.417,11	27.704,64
Revisão Oficial de Contas	4.920,00	4.920,00
Outros credores	0,00	222,55
	26.337,11	**32.847,19**

14. Fornecimentos e Serviços Externos

A Rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2015	2014
Serviços especializados	**20.425,60**	**20.615,26**
Trabalhos especializados	20.307,30	20.519,49
Outros serviços	118,30	95,77
Comunicação	0,00	259,90
Contencioso e notariado	80,00	105,00
Despesas de representação	217,15	444,25
Total	**20.722,75**	**21.424,41**

15. Outros rendimentos e ganhos

A Rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é detalhada no quadro seguinte:

Descrição	2015	2014
Rendas de propriedades de investimento	332.791,64	332.799,99
Excesso de estimativa para impostos	0,00	88,54
Outros	4.010,52	5.422,39
Total	**336.802,16**	**338.310,92**

16. OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros Gastos e Perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é conforme se segue:

Descrição	2015	2014
Imposto Municipal sobre Imóveis	667,66	667,66
Multas fiscais	19,10	0,00
Outros	4.004,18	5.414,77
	4.690,94	**6.082,43**

17. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os Gastos e Perdas de Financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

Descrição	2015	2014
Gastos e perdas de financiamento		
Juros suportados	100.661,63	114.625,29
Outros gastos com financiamentos	39.727,15	41.842,12
	140.388,78	**156.467,41**

18. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Segurança Social

Nos termos do n.º 1 do art.º 21 do Decreto-lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informamos não ser a Empresa devedora de quaisquer contribuições, vencidas, à Segurança Social.

Autoridade Tributária

A Empresa tem a sua situação contributiva regularizada.

Contabilista Certificado

João Carlos Pinto Marques

Conselho de Administração